

ALARGANDO O ESPAÇO PARA O DIÁLOGO DE POLÍTICAS SUL-SUL

APRENDER COM AS INICIATIVAS LIDERADAS PELA SOCIEDADE CIVIL

Lídia Cabral, Les Levidow e Claudia Job Schmitt¹

INTRODUÇÃO

Na geopolítica da ajuda, a Cooperação Sul-Sul (CSS) representa muitas vezes uma abordagem de cooperação contra-hegemónica entre Estados-nação e uma alternativa aos referenciais de ajuda ao desenvolvimento dominados pelo Norte, que têm sido contestados por serem ineficazes, contraproducentes e assentes num legado colonial (Moyo, 2009; Easterly, 2006; Moyo, Paris, & Jha, 2012). As relações Sul-Sul assentam no espírito de solidariedade do Sul, cristalizado na Conferência de Bandung de 1955, que foi revitalizada no século XXI através de uma série de iniciativas de grande visibilidade, nomeadamente a formação de blocos globais e regionais não ocidentais, tais como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), IBSA ou a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)² (Mawdsley, 2012; Ndlovu-Gatsheni & Tafira, 2018; Fiddian-Qasimiyeh & Daley, 2018).

A CSS não equivale à ajuda ao desenvolvimento, tal como definida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2021), mas compreende uma série de modalidades de cooperação que vão além de subvenções e empréstimos concessionais. Muitas vezes, a cooperação económica, o comércio e os investimentos estão incluídos no amplo espectro das modalidades de CSS (UNOSSC, s.d.). No caso do Brasil, o diálogo político entre governos e as transferências de tecnologia têm sido modalidades importantes daquilo que muitas vezes se designa por cooperação técnica (Costa-Leite *et al.*, 2014). Estas modalidades não se traduzem necessariamente em subvenções monetárias, mas implicam frequentemente visitas de estudo, demonstrações de campo, formação e outras formas de transacção em espécie. Embora enquadrada numa linguagem de horizontalidade e reciprocidade, a prática da cooperação técnica tem acarretado frequentemente a transferência/partilha das próprias

¹ Lídia Cabral é Investigadora no *Institute of Development Studies*, no Reino Unido. Les Levidow é Investigador Principal na Universidade Aberta, também no Reino Unido. Claudia Job Schmitt é professora associada no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Brasil. Todos os autores contribuíram de forma igual para a conceptualização, análise e redacção do documento.

² A CELAC é um mecanismo intergovernamental de diálogo e acordo político, constituído por 33 países da América Latina e Caraíbas.

experiências políticas ou soluções tecnológicas do Brasil com outras nações do Sul, com escassas evidências de intercâmbio mútuo. No entanto, mesmo que bem-sucedidas no contexto da origem, os modelos de políticas e tecnologias não se transferem facilmente entre contextos, apesar das reivindicações de afinidade e semelhança entre nações do Sul (Cabral *et al.*, 2016; Scoones *et al.*, 2016). Além disso, têm menos hipóteses de sucesso se a relação de cooperação for de curta duração. Se o Brasil era uma potência do Sul em ascensão em 2010, com expectativas consideráveis em relação à sua contribuição para a CSS, dez anos depois, a sua agenda de cooperação reduziu o seu âmbito de forma considerável (Baptista, Bertolucci, & Diogo, 2020).

Apesar da recente retirada do Brasil da esfera da CSS, algumas das ideias e actores que anteriormente foram mobilizados permaneceram activos e são dignos de atenção. O presente documento incide especificamente no diálogo político e na aprendizagem que envolve organizações da sociedade civil, movimentos sociais e investigadores que trabalham na defesa de políticas, campanhas e acção-investigação relacionada com a segurança e a justiça alimentar de forma mais ampla. Ademais, explora que lições podem ser aprendidas com as experiências destes actores que são relevantes para se entender como os conceitos e ideias sobre políticas circulam e como promover intercâmbios com *verdadeiros* benefícios mútuos para os actores de diferentes contextos socioculturais.

O documento começa com uma breve resenha da CSS brasileira e dos desafios encontrados, centrando-se especificamente na cooperação agrícola e alimentar (secção 2), seguida de uma visão geral do actual momento político que se vive no Brasil, destacando rupturas recentes e novas oportunidades (secção 3). Em seguida, esboça a natureza dos compromissos liderados pela sociedade civil e introduz um esquema de análise centrado em “quadros de acção colectiva” e uma pluralidade de formas e significados (secção 4). O documento aborda em seguida dois casos de espaços alternativos de debate sobre políticas e aprendizagem fora da esfera da CSS oficial. O primeiro caso é uma iniciativa de cooperação entre organizações camponesas brasileiras e moçambicanas, com vista a resgatar, preservar e gerir sementes nativas (secção 5). O segundo caso diz respeito à acção-investigação centrada na agro-ecologia e na construção de uma economia solidária no contexto da pandemia da COVID-19 (secção 6). Os casos ilustram que estes espaços alternativos capacitam os actores que, até agora, têm desempenhado um papel marginal nas relações formais da CSS. Estes espaços mobilizam conceitos contra-hegemónicos, tais como a agro-ecologia, economia solidária, soberania alimentar e lutas territoriais. Redefinem ainda metodologias de diálogo, aprendizagem e tradução de conceitos para diferentes contextos. Uma discussão das implicações para a investigação e a prática conclui o artigo (secção 7).

A COOPERAÇÃO SUL-SUL DO BRASIL: CANAIS OFICIAIS E OUTROS

Até recentemente, o quadro da CSS do Governo brasileiro era influenciado pelo espírito de Bandung, expresso pelos princípios de não ingerência, cooperação orientada pela procura, horizontalidade e reciprocidade (Abreu, 2013; Mendonça & Faria, 2015). Este espírito foi articulado de forma mais explícita durante os governos de coligação liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente sob a liderança do Presidente Lula da Silva (2003-2010), que foi um entusiasta promotor da diplomacia de solidariedade em relação a outros países do Sul global. Uma característica distintiva da diplomacia de solidariedade do Presidente Lula foi o seu interesse por África, onde as iniciativas da CSS se expandiram exponencialmente, a par das relações comerciais, particularmente entre 2005 e 2010 (Amorim, 2010). A intensificação das relações Brasil-África é ilustrada pelo facto de, neste período, terem sido abertas ou reactivadas 19 embaixadas em países africanos e 17 países africanos terem aberto embaixadas em Brasília (Mendonça & Faria, 2015).

No início deste período, a CSS agrícola brasileira em África centrou-se principalmente em intercâmbios científicos e tecnológicos, visitas de estudo e eventos de formação, envolvendo a Embrapa³, universidades agrícolas brasileiras e investigadores de instituições homólogas de investigação em países africanos. O *Cotton 4* foi um projecto emblemático de transferência tecnológica da competência técnica da Embrapa, ao mesmo tempo que, presumivelmente, procurou reforçar a solidariedade sulista ao dar poder às nações periféricas produtoras de algodão da África Ocidental, desfavorecidas nos mercados internacionais pelas políticas proteccionistas das nações desenvolvidas. Todavia, ao longo dos anos, a CSS agrícola expandiu-se e diversificou-se.

O ano de 2010 foi um marco na pasta da cooperação agrícola do Brasil, tendo o Presidente Lula acolhido o *Diálogo Brasil-África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*, em Brasília, que contou com a presença de delegações de mais de 40 países africanos (ABC, 2010). Este evento marcou o alargamento da agenda da cooperação agrícola, que a partir deste momento passou a abarcar explicitamente questões de segurança alimentar e nutricional e fome, que foram além do foco produtivista dos intercâmbios agronómicos da Embrapa. A rede de actores brasileiros que cooperaram expandiu-se em conformidade e trouxe consigo mais agências governamentais, organizações da sociedade civil e actores empresariais.

À medida que a carteira agro-alimentar do Brasil se tornou mais diversificada, incorporou inevitavelmente as tensões e contradições entre os modelos de desenvolvimento concorrentes encontrados na agricultura brasileira (Favareto, 2014; Sauer, 2008). No Brasil, estas tensões e contradições eram mais visíveis nas estruturas do Governo, que incluíam dois ministérios

³ A Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-pecuária é uma empresa estatal que opera a nível nacional, responsável pela pesquisa agrícola.

da área da agricultura – um, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), associado a políticas dirigidas à grande agricultura comercial (conhecida como agronegócios); o outro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que supervisionava as políticas para os agricultores familiares⁴, bem como a reforma agrária. O binómio agronegócio–agricultura familiar marcou a competição pelo financiamento público (embora esta tenha sido desproporcionadamente distorcida a favor dos grandes agronegócios) e o debate político no Congresso, bem como na sociedade brasileira em geral. Apesar da forte polarização e das profundas fracturas na política agro-alimentar interna, a diplomacia brasileira apresentou a dualidade do agronegócio e da agricultura familiar como exemplo das múltiplas soluções que o Brasil poderia oferecer a África, ou «um menu» de onde os países africanos poderiam escolher (ABC, 2010).

Foram acrescentados dois programas de vários países à carteira da CSS no Brasil nos Diálogos Brasil-África: *Mais Alimentos África* e *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA). Mais Alimentos África centrou-se na mecanização dos pequenos agricultores, enquanto o PAA teve como foco a produção local de alimentos e o fornecimento a programas sociais dirigidos a pessoas em situação de insegurança alimentar, oferecendo uma abordagem holística para atingir os objectivos de segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo que apoiava os pequenos agricultores, assegurando o acesso aos mercados institucionais. Os dois programas baseavam-se em programas análogos implementados no Brasil. Cada um envolvia uma rede particular de actores e cada um representava uma visão particular sobre o desenvolvimento centrado na agricultura familiar, embora se tenham unido em oposição ao modelo dominante de agricultura industrial (Milhorange, 2019). Estes programas foram introduzidos em vários países africanos. Moçambique, por exemplo, acolheu os dois novos programas numa altura em que havia um interesse crescente na cooperação agrícola brasileira devido a outro programa, cada vez mais controverso, orientado para o desenvolvimento da agricultura industrial no Norte do País – o ProSavana. Este último incluiu investigação em colaboração com a Embrapa, bem como ligações a agronegócios que procuram desenvolver cadeias de valor de produtos de base numa região de Moçambique considerada de elevado potencial de crescimento, o corredor de Nacala (Agroanalysis, 2012; FGV News, 2012; JICA, ABC & Governo de Moçambique, 2009); o programa foi dominado por uma visão centrada na intensificação produtiva e na orientação para a exportação, o que suscitou preocupações sobre a usurpação de terras e opções de desenvolvimento agrícola extractivo e de exclusão (Justiça Ambiental *et al.*, 2013; UNAC, 2012; UNAC, Via Campesina, & GRAIN 2012).

⁴ A noção brasileira de agricultura familiar está legalmente definida (Lei 11.326/2006). Esta institucionalização da sua definição resultou de um intenso processo de mobilização, envolvendo diferentes actores sociais, nomeadamente sindicatos rurais, academias, organizações não-governamentais, profissionais da extensão rural, funcionários públicos, entre outros. A lei define um agricultor familiar com base nos seguintes critérios: (i) superfície terrestre até quatro módulos fiscais (que variam de 5 a 110 ha, dependendo da região); (ii) predominância de mão-de-obra familiar em actividades realizadas na unidade agrícola ou empresa agrícola; (iii) uma parte significativa do rendimento familiar deve derivar de actividades económicas realizadas na unidade agrícola ou empresa agrícola; (iv) a unidade agrícola tem de ser gerida pela família.

A coexistência do ProSavana, Mais Alimentos África e PAA em Moçambique ilustra as tensões e contradições na abordagem do Governo brasileiro em relação à experiência da CSS em África, uma questão que tem sido amplamente debatida na literatura (Monjane & Bruna, 2020; Shankland & Gonçalves, 2016; Clements, 2015; Garcia, Kato, & Fontes, 2013; Cabral, 2016; Milhorange, 2019). Tal como documentado, a geopolítica ajudou os interesses empresariais a apropriarem-se do espaço de cooperação, de modo que o modelo agro-industrial dominasse as alternativas. Um subconjunto de estudos, inspirado pelas explorações dos antropólogos do desenvolvimento sobre encontros de desenvolvimento e campos de batalha do conhecimento na «*aidland*» («terra da ajuda») (Mosse, 2011; Lewis & Mosse, 2006; Long, 1992), chamou a atenção para a forma como o espaço formal da cooperação internacional, mediado por estruturas diplomáticas ou outras estruturas governamentais de alto nível, moldou a forma como as ideias e os modelos políticos viajavam, o que era transferido, quem era incluído nas transferências e intercâmbios e como essas realmente aconteciam no terreno (Scoones, Cabral, & Tugendhat, 2013; Scoones *et al.* 2016b; Xu *et al.*, 2016). Este trabalho ilustrou os limites da solidariedade do Sul, mediada pela diplomacia. Os princípios promissores da CSS, expressos por narrativas de alto nível, foram minados no terreno por dinâmicas de poder desiguais e interesses contrastantes entre os actores envolvidos, pressupostos problemáticos de semelhança, afinidade e compreensão mútua, e desafios de tradução ou de adaptação adequada de políticas e ideias a diferentes contextos. Por exemplo, impulsionado em grande parte pela indústria brasileira, o Mais Alimentos África transformou-se num mecanismo de exportação de maquinaria que promoveu projectos agro-industriais nacionais e internacionais em Moçambique, em vez de uma transformação baseada na agricultura familiar de pequenos produtores, inicialmente prevista pelo MDA (Cabral *et al.*, 2016).

Houve algumas tentativas de envolver organizações da sociedade civil na CSS liderada pelo Governo – conforme ilustrado pelo caso analisado mais adiante neste documento, que articulou organizações camponesas do Brasil e de Moçambique (secção 5). No entanto, este tipo de iniciativa era visto pelo Governo brasileiro como experimental e dependia fortemente da presença de indivíduos que tomem a liderança dentro do Governo brasileiro.

A experiência brasileira de CSS em matéria de agricultura e segurança alimentar e nutricional não se restringiu a África. Enquanto os programas acima referidos estavam em curso, representantes governamentais brasileiros e actores da sociedade civil estavam envolvidos em formas bastante diferentes de cooperação internacional noutros locais. Um exemplo disso é a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) no Mercosul, um espaço de diálogo político estabelecido em 2004. A REAF funcionou como um fórum de debate político entre vários intervenientes em torno de questões comerciais regionais, reunindo representantes

governamentais dos diferentes países, quer como membros⁵, quer como países associados⁶, bem como organizações sociais representativas de camponeses e agricultores familiares.

A REAF foi uma experiência inovadora no que diz respeito à participação social. Por exemplo, a implementação de secções nacionais da REAF, com diferentes formatos de país para país, reforçou o compromisso dos governos com as propostas apresentadas pelos governos nacionais no espaço do Mercosul.⁷ (Niederle, 2016; Grisa & Niederte (2019) sublinham o papel da REAF como actor colectivo nos processos de transferência, convergência e tradução de políticas públicas, com impactos concretos, como, por exemplo, a institucionalização, em diferentes países, de sistemas nacionais de registo da agricultura familiar como entidade jurídica. A REAF também influenciou outros espaços internacionais de vários intervenientes, incluindo o Comité de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas (ONU), que compreende movimentos sociais. No entanto, a continuidade e o impacto duradouro dependem da existência de um regime político e de um quadro de políticas a nível nacional interessados em questões relacionadas com a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional, que esteja aberto ao envolvimento dos movimentos sociais nos debates políticos. Tal regime não existe actualmente no Brasil.

A mudança pós-2016 que se verificou no regime político do Brasil significou uma desvinculação das políticas nacionais relacionadas com a agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, e justiça social e ambiental que tinham informado os programas da CSS, tais como a MFI, o PAA ou a interacção do Brasil com a REAF. Várias iniciativas políticas relativamente bem sucedidas e espaços de debate político, constituídos por vários intervenientes de alto nível, foram desmanteladas pelo Governo de Jair Bolsonaro, conforme discutido na secção que se segue.

RECENTES PERTURBAÇÕES NO BRASIL

O Brasil enfrentou, nos últimos anos, profundas perturbações no sistema político, com ameaças ao regime democrático. A controversa impugnação da Presidente Dilma Rousseff, substituída em 2016 pelo Vice-Presidente Michel Temer, faz parte de um contexto mais amplo de crise económica e social e do desgaste político da coligação governamental, enfrentando uma série de pressões após treze anos no poder e pressionada pelos ataques perpetrados por sectores políticos ligados ao poder judiciário, ao parlamento, ao mundo dos negócios e aos meios de comunicação.

⁵ Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela (actualmente suspensos do bloco).

⁶ Bolívia, Chile, Peru, Equador, Colômbia, Guiana e Suriname.

⁷ Por exemplo, a institucionalização da Plenária de Organizações Sociais, anterior à Plenária Regional da REAF, foi um elemento decisivo para o reforço do desempenho social das organizações camponesas e de agricultura familiar nas arenas políticas do Mercosul. Permitiu que organizações de diferentes países se conhecessem e desenvolvessem uma agenda comum de reivindicações a serem apresentadas na Plenária Geral da REAF com representantes do Governo.

Os analistas consideraram as dimensões internacionais deste processo, com a ascensão de movimentos e governos de extrema-direita noutros países (Avritzer, 2019; Gallego, 2019; Bianchi *et al.*, 2021), bem como as tensões históricas entre a democratização e a desdemocratização no Brasil (Bianchi *et al.*, 2021). Concordam que o cenário actual não é simplesmente uma reprodução de ciclos históricos anteriores de autoritarismo. Entre os novos elementos figuram a acção política de apoio a um regime não democrático e o desmantelamento das instituições, políticas e espaços políticos participativos que tinham sido abertos às organizações da sociedade civil. A eleição do Presidente Bolsonaro simboliza uma «combinação radical de neoliberalismo e neoconservadorismo» (Bianchi *et al.*, 2021:4).

Na frente internacional, o Governo de Bolsonaro representou uma ruptura significativa no *modus operandi* da diplomacia brasileira (Chatin, 2019; Baptista, Bertolucci, & Diogo, 2020; Moreira, 2020; Francisco *et al.*, 2021). Alguns exemplos disso são o alinhamento do Brasil com a administração Trump, uma posição de negação em relação às mudanças climáticas, tensões com países europeus em relação ao desmatamento da Amazônia, críticas ao multilateralismo e a controversa posição «anti globalista» do primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros de Bolsonaro, Ernesto Araújo. Vale também a pena destacar a crescente influência de grupos conservadores e religiosos na definição da agenda internacional relacionada com os direitos humanos e as questões de género.

Na América Latina, a diplomacia brasileira retirou-se de espaços regionais nos quais o País tinha anteriormente investido significativamente, entre os quais a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a CELAC. Além disso, a participação no Mercado Comum do Sul (Mercosul) tornou-se uma questão secundária na política externa brasileira (Salgado & Bressan, 2020). Para as organizações da sociedade civil, o estreitamento da agenda política do Brasil no Mercosul, considerado agora apenas como um espaço empresarial, representou um grande revés no que diz respeito à participação dos cidadãos nos fóruns internacionais (Gorosito & Allende 2017).

Não surpreende que a CSS e a diplomacia de solidariedade tenham sido retiradas da agenda, até mesmo as iniciativas motivadas por razões comerciais, levando alguns a questionar se estamos a assistir ao fim da CSS brasileira em África (Francisco *et al.*, 2019; Mendes, 2019). A actual administração considera os anteriores assuntos Brasil-África como ideológicos e arrefeceu as relações, particularmente quando comparado com os dois mandatos de Lula da Silva (Francisco *et al.*, 2021).

A pandemia da COVID-19 intensificou o grau de perturbação. O Brasil tem sido duramente atingido pela pandemia e o Governo Federal tem notoriamente lidado mal com a crise (Abrucio *et al.*, 2020; CEPEDISA, 2021. Em Junho de 2021, segundo a Organização Mundial

de Saúde (OMS)⁸, o Brasil ocupava o segundo lugar no *ranking* mundial do número de mortes (com 513 mil mortes). A emergência de saúde pública atingiu o País numa altura em que uma vasta gama de políticas de segurança social já tinha sido enfraquecida pelas políticas de austeridade económica implementadas pelo Governo Federal, desgastando os sistemas públicos de apoio à saúde, assistência social e segurança alimentar e nutricional (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020). Até recentemente, alguns dos programas afectados (incluindo o PAA) tinham sido modelos dos resultados alcançados pelo Governo brasileiro na luta contra a fome e a pobreza.

Tendo como pano de fundo estas perturbações nas relações Sul-Sul e nas instituições e políticas internas que informaram algumas dessas relações (particularmente na esfera agro-alimentar), este documento considera a acção das organizações da sociedade civil, redes e movimentos sociais, que não obstante as dificuldades se desenvolveram. Um dos casos apresentados considera as ligações Sul-Sul entre movimentos camponeses que foram reforçados durante a era da diplomacia do Sul e que continuaram no contexto actual. O outro caso diz respeito a redes de solidariedade em torno da produção e distribuição de alimentos que se intensificaram no contexto da pandemia. Antes de explorar os dois casos, é introduzido, de forma sucinta, um quadro de análise na secção a seguir.

«QUADROS DE ACÇÃO COLECTIVA» E «PLURALIDADE DE FORMAS E SIGNIFICADOS» NAS ARTICULAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Os intercâmbios políticos e técnicos internacionais envolvendo organizações da sociedade civil, redes e movimentos sociais que operam na esfera agro-alimentar englobam um conjunto diversificado de objectivos e modos de interacção, nomeadamente (i) articulação em rede, (ii) projectos de cooperação, (iii) participação em espaços institucionalizados, (iv) diálogo e formação, e (v) campanhas (Articulação Sul, 2016). Estes intercâmbios têm como pano de fundo alianças transnacionais entre organizações da sociedade civil e movimentos sociais, a troca de experiências e influência em espaços estratégicos (Edelman & Borrás, 2016). São, portanto, qualitativamente diferentes das acções de CSS coordenadas pelo Governo Federal que envolvem a transferência de políticas e tecnologias públicas.

Apesar das diferenças, existem ligações e continuidades entre estes diferentes conjuntos de experiências. Por exemplo, o envolvimento de actores da sociedade civil em iniciativas da CSS durante o período anterior (quer como implementadores, quer como vozes críticas contra projectos problemáticos, como é o caso do ProSavana em Moçambique) contribuiu para reforçar as suas redes internacionais e a sua capacidade de diálogo com organizações

⁸ Vide: WHO, 2021.

de outros países. Também reforçou a sua capacidade de debater a tradução de conceitos e práticas em diferentes contextos. Isto, por sua vez, contribuiu para amplificar as suas vozes em campanhas nacionais de advocacia.

Carvalho (2018) argumenta que o processo de transnacionalização dos movimentos sociais passa por um exercício constante de tradução de conceitos e práticas:

Não existe uma transnacionalização unívoca, mas sim transnacionalizações que assentam na contingência de experiências que permitem diferentes formas de articulação entre as práticas quotidianas, a acção política a nível doméstico e as interações que estão a ser tecidas internacionalmente (Carvalho, 2018:18).

Este processo foi teorizado como acções dos movimentos sociais transnacionais que concebem «quadros de acção colectiva» destinados a contestar pressupostos e práticas dominantes. Tais quadros diagnosticam as situações como problemáticas, oferecem soluções e apelam à acção para as alcançar. Através dos seus quadros de acção colectiva, os movimentos sociais muitas vezes enquadram os problemas como injustiças, identificando ao mesmo tempo o Estado ou governos como agentes responsáveis. Tais quadros «incitam outros a agir em concertação para afectar a mudança» nesses agentes (Benford & Snow 2000:615). Além disso, envolvem uma «ponte entre quadros» que liga «dois ou mais quadros ideologicamente congruentes, embora estruturalmente desconexos em relação a uma questão ou problema específico» (Snow *et al.*, 1986:467).

Os quadros de acção colectiva têm pelo menos dois papéis principais. Podem moldar discursos que outros actores podem aceitar ou mesmo abraçar. E podem mobilizar recursos materiais para soluções colectivas adequadas. Esta teorização serve para iluminar a forma como os movimentos sociais transnacionais têm estabelecido pontes entre conceitos anteriormente distintos, especialmente a agro-ecologia, a soberania alimentar e a economia solidária. Na América Latina, um papel de ponte é também desempenhado pela noção de «Bem Viver» e as suas versões indígenas originais.

Todos estes conceitos têm sido contrapostos ao modelo de modernização agrícola de capital intensivo, ao mesmo tempo que apontam os governos como agentes culpados de promover os interesses do agronegócio de forma desproporcionada. A principal alternativa tem sido os métodos agro-ecológicos, utilizando o conhecimento colectivo dos agricultores sobre os recursos disponíveis localmente. Estes métodos reproduzem sementes biodiversificadas, mantêm uma biodiversidade mais ampla para a resiliência das culturas e reciclam nutrientes, minimizando em conjunto a carga ambiental (Caporal & Costabeber, 2004). Há cerca de uma década, os movimentos sociais brasileiros têm desempenhado um papel de liderança numa maior convergência entre agro-ecologia e economia solidária ou EcoSol (FBES, 2011;

Schmitt, 2020:39). Esta última concebe circuitos curtos de abastecimento alimentar, em que as escolhas dos consumidores favorecem métodos agro-ecológicos socialmente justos, enquanto os produtores primários retêm mais do valor da produção. Esta ligação entre aspectos de produção e de consumo expressa a agenda mais alargada para uma economia solidária (Schmitt, 2020). Um processo paralelo articula agro-ecologia com soberania alimentar. De acordo com os movimentos sociais transnacionais:

A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos através de métodos ecologicamente saudáveis e sustentáveis, bem como o seu direito de definir os seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, e não nas exigências dos mercados e corporações (Nyéléni, 2007).

Esses movimentos rapidamente abraçaram a agro-ecologia como um meio crucial para a soberania alimentar. A ênfase original na soberania das sementes foi elaborada da seguinte forma: «Proteger, respeitar e garantir a gestão da biodiversidade». Retomar o controlo das sementes e do material reprodutivo e implementar os direitos dos produtores de utilizar, vender e trocar as suas próprias sementes e raças animais» (Nyéléni, 2015). Os movimentos sociais da América Latina têm desempenhado um papel central na transposição desses conceitos para vários contextos (Altieri & Nichols, 2008; Rosset & Altieri, 2017; 2018).

Os movimentos de mulheres e feministas têm contribuído para tornar os movimentos de agro-ecologia e soberania alimentar mais inclusivos, trazendo para a ribalta a questão de género em diferentes contextos e inserindo os direitos das mulheres e as perspectivas feministas sobre a equidade de género na agenda da justiça alimentar (Masson, Paulos, & Bastien, 2017; Desmarais, 2003). Esta evolução conceitual não está livre de tensões, particularmente porque o feminismo confronta os papéis tradicionais do género e as ideias e práticas patriarcais, feministas indígenas questionam perspectivas que separam o social do natural, visão esta que continua profundamente enraizada nas formas de pensar (Shiva, Mies, & Salleh, 2014; Caro, 2013). Apesar destas tensões, a construção de uma posição feminista em relação à soberania alimentar agro-ecológica dá-se sem antagonizar outros movimentos e agendas não feministas no seio das amplas coligações agro-ecológicas e de soberania alimentar. Pelo contrário, as perspectivas feministas têm destacado uma «pluralidade de formas e significados» como parte integrante da alternativa que visam construir (Ferree, 2006). O compromisso feminista de dar poder às mulheres marginalizadas e desfavorecidas significa um envolvimento estratégico com lutas que são enquadradas em termos não feministas (tais como lutas pela inclusão das mulheres nos modos de produção capitalistas). Esta abordagem reflecte um reconhecimento dos conflitos e tensões, mas sem perder de vista a identidade e essência feminista.

Com base nestas perspectivas, as duas secções que se seguem analisam a forma como os actores da sociedade civil interagem, que conceitos circulam e como o seu significado é interpretado e traduzido entre contextos. Explorar até que ponto os quadros de acção colectiva permitem uma «pluralidade de formas e significados» é importante para compreender o potencial destes espaços para promover intercâmbios verdadeiramente recíprocos entre actores e entre contextos socioculturais.

COOPERAÇÃO MPA-UNAC SOBRE O PATRIMÓNIO DE SEMENTES QUEM ESTÁ ENVOLVIDO?

A conservação e gestão de sementes nativas surgiu, nos anos 2010, como uma das principais áreas de cooperação técnica e política entre o Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil (MPA) e a União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC). Estas duas organizações estão filiadas no movimento internacional *La Via Campesina*⁹, partilhando uma postura activa na protecção dos direitos dos agricultores e uma posição crítica em relação à agricultura de capital intensivo, dominada por interesses corporativos.

As interacções entre estas duas organizações relacionadas com sementes nativas começaram em 2008 (*La Via Campesina*, 2013), resultando num conjunto de actividades implementadas a partir de 2012. Numa primeira fase, a iniciativa foi apoiada pela Oxfam, como parte da sua própria carteira de CSS¹⁰. Estes intercâmbios estão ainda em curso, a diferentes níveis, embora não sejam actualmente financiados por um projecto específico. Neste processo, foi estabelecida uma série de ligações entre as iniciativas em torno de sementes e outras formas de intercâmbio e acção conjunta, expandindo o âmbito e os significados desta parceria.

O MPA surgiu como um movimento social no final dos anos 90, com fortes raízes no Sul do Brasil (Carvalho, 2018; Niemeyer, 2014). Desde a década de 1960, a agricultura nesta região tem sido sujeita a um processo de modernização. Os impactos de uma grande seca que ocorreu entre 1995 e 1996, perturbando os sistemas de produção dos pequenos agricultores, que se tinham tornado fortemente dependentes de insumos externos e do crédito rural, desencadeou um amplo processo de contestação contra o controlo e mobilização das empresas em torno de uma vasta gama de exigências sociais, levando ao surgimento do MPA como organização camponesa. O MPA adoptou uma posição crítica em relação às formas existentes de sindicalismo dos trabalhadores rurais, seguindo uma concepção mais flexível e estruturando-se como uma organização movimento¹¹. A luta pelo apoio ao crédito diferenciado aos pequenos

⁹ *La Via Campesina* é um movimento social transnacional que reúne 182 organizações camponesas, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais, trabalhadores agrícolas e comunidades indígenas e agrárias de 81 países da Ásia, América, Europa e África (*La Via Campesina*, 2018; Desmarais, 2003).

¹⁰ Oxfam descreve-se como um «movimento global de pessoas que lutam para acabar com a pobreza e a injustiça» nas suas múltiplas dimensões (classe, género, raça, ambiente). Em 2021, a rede internacional da Oxfam foi composta por 21 organizações membros. Vide: Oxfam International, 2021.

¹¹ Vide: MPA, 2021.

agricultores, juntamente com outras reivindicações, marcou a trajetória da organização na sua fase inicial.

A nível internacional, o MPA participou activamente em várias edições do Fórum Social Mundial, estabelecendo alianças com outras organizações internacionais (Carvalho, 2018). No final dos anos 90 e início dos anos 2000, o movimento reforçou os laços com *La Via Campesina*. Conceitos como campesinato, direitos dos camponeses e soberania alimentar foram, ao longo do tempo, incorporados no quadro político do MPA (Carvalho, 2018; Niemeyer, 2014) “genre”: “Tese (Doutorado em Sociologia. A centralidade da alimentação e da produção alimentar, a valorização dos modos de organização da agricultura camponesa, a procura de autonomia, bem como a referência à agro-ecologia como quadro sociotécnico emancipatório foram sintetizadas, na primeira década dos anos 2000, na construção do Plano dos Camponeses, a declaração política do movimento.

Ao longo da sua história, o MPA acumulou experiências na conservação, recuperação e gestão de sementes nativas em diferentes regiões do Brasil, apoiando redes de guardiões de sementes, promovendo a estruturação de bancos de sementes comunitários, melhorando os métodos de selecção de variedades nativas e disponibilizando sementes nativas aos agricultores através da participação em programas de aquisições governamentais.

Em Moçambique, a UNAC foi criada, em 1987, por camponeses organizados em cooperativas e associações de todo o País (Nipassa, 2016). A UNAC surgiu num contexto marcado pelo conflito armado, pela deslocação de populações e pela transição de um regime socialista para uma economia de mercado. A questão da terra têm sido um eixo central na agenda da UNAC desde as suas origens. A organização desenvolveu um trabalho contínuo de defesa dos direitos dos camponeses, na sequência da elaboração da Lei de Terras de 1997. A Lei visava «proteger os direitos locais através do reconhecimento da legitimidade dos sistemas consuetudinários», proporcionando, ao mesmo tempo, aos investidores nacionais e internacionais «direitos seguros a longo prazo e alguma forma de comerciabilidade nos direitos fundiários» (Tanner, 2010:107). Todavia, a implementação deste quadro regulamentar progressivo tem sofrido pressões constantes de diferentes tipos de empresários e grupos de interesse (Frei, 2020; Oliveira, 2018; Matos, 2016; Tanner, 2010).

Historicamente, a UNAC tem tomado uma posição contra a disseminação de culturas transgénicas em Moçambique, manifestando publicamente a sua «plena confiança na agricultura camponesa e no modelo de produção agro-ecológica».¹² Tem também uma posição crítica em relação aos esforços do Governo moçambicano, no sentido de institucionalizar um conjunto de leis que procuram proteger os direitos dos cultivadores de plantas e criar um ambiente mais favorável à participação de empresas nacionais e transnacionais de sementes no mercado

¹² Vide: DW Moçambique, 2015

de sementes do país, repudiando qualquer tipo de restrição ao uso e circulação de sementes nativas.

QUE METODOLOGIAS SÃO UTILIZADAS PARA PROMOVER O DIÁLOGO E A APRENDIZAGEM?

Foi desenvolvido um conjunto integrado de acções relacionadas com sementes no âmbito da cooperação UNAC-MPA, em conjunto com a União das Cooperativas Agrícolas de Marracuene (UCAM), membro da UNAC¹³ e a trabalhar na província de Maputo. As actividades desenvolvidas na primeira fase do projecto beneficiaram 4500 mulheres e homens, com um grupo de cerca de 100 agricultores a participar directamente nesta experiência e um forte envolvimento das mulheres (La Via Campesina, 2013).

O projecto adoptou uma metodologia de camponês para camponês, amplamente difundida em toda a América Latina. Procurou combinar dimensões técnicas e políticas, tendo como espinha dorsal o envolvimento e a participação dos camponeses. As acções foram sempre programadas em conjunto, tendo sido criado, no seio da UCAM, um grupo de estudo sobre o tema das sementes, envolvendo líderes da UCAM, agricultores e técnicos. Um agricultor e técnico brasileiro, da liderança do MPA, permaneceu em Moçambique durante vários meses. O trabalho centrou-se em quatro culturas (milho, feijão, amendoim e mandioca). Foram realizadas visitas e actividades de formação ao longo deste período. Foi desenvolvida e implementada uma metodologia participativa para a selecção de materiais a cultivar nessa primeira época, considerando as espécies e variedades agrícolas já geridas pelos agricultores, riscos de extinção, importância para a alimentação e possibilidades de comercialização. Foram criadas áreas específicas de cultivo para a produção de sementes, com o objectivo de melhorar a sua qualidade. Este procedimento foi uma novidade para os agricultores, que também puderam aprender técnicas de selecção e armazenamento de material genético.

O principal objectivo da iniciativa não era transferir tecnologias, mas sim reforçar a capacidade de um grupo de pessoas ligadas à UNAC desenvolver uma linha de trabalho sobre sementes nativas. Ao nível nacional, a UNAC criou um grupo de trabalho específico com o objectivo de discutir a política e regulamentação das sementes, actuando também ao nível internacional. Um projecto relacionado com a promoção da soberania alimentar através de sementes nativas está actualmente a ser levado a cabo pela UNAC.

QUE IDEIAS, VALORES E VISÕES DO MUNDO CIRCULAM NESTES ESPAÇOS?

Os intercâmbios estabelecidos entre a UNAC e o MPA na conservação e gestão de sementes, e promoção da agro-biodiversidade de forma mais geral, fazem parte de um conjunto mais

¹³ De acordo com dados publicados no site da UNAC, a organização foi composta em 2021 por 5000 associações, 80 sindicatos distritais e 11 sindicatos provinciais. Vide: UNAC, 2021.

vasto de relações estabelecidas através de redes de solidariedade transnacional, tais como *La Via Campesina*. É de notar que «a recuperação dos sistemas tradicionais de conservação, manutenção e intercâmbio de sementes locais e os inalienáveis direitos colectivos dos camponeses sobre as suas sementes»¹⁴ fazem parte da agenda de *La Via Campesina* desde pelo menos 2001, altura em que a organização lançou a sua campanha global «Património de sementes de pessoas ao serviço da humanidade».

As sementes são um elo importante na articulação entre os camponeses, os seus territórios e a luta pela terra e a soberania alimentar. No entanto, estes conceitos, profundamente enraizados no quadro colectivo de *La Via Campesina*, têm significados diferentes no Brasil e em Moçambique, dois países com diferenças significativas em termos de posse da terra, relações agrárias e graus de modernização agrícola. A experiência de explorar conjuntamente princípios e práticas associadas à conservação e gestão de sementes nativas, em vez de seguir modelos, tal como observado nas iniciativas de transferência de políticas encabeçadas pelo governo, abre novas possibilidades de aprendizagem, bem como o estabelecimento de pontes entre contextos e partilha de visões de futuro para os diferentes actores envolvidos.

O alcance e o impacto da iniciativa de cooperação acima descrita não se limita ao nível local ou aos espaços que envolvem exclusivamente movimentos sociais. A investigação tornou evidentes as ligações existentes entre a cooperação não-governamental, a disputa sobre os significados da cooperação governamental, as campanhas internacionais dos movimentos sociais e o trabalho de advocacia levado a cabo pelas organizações da sociedade civil em diferentes fóruns multilaterais. Enquanto sementes nativas eram lançadas nos campos experimentais em Marracuene, a UNAC e o MPA, em aliança com uma vasto leque de organizações moçambicanas, brasileiras e japonesas, lideravam um processo internacional de resistência contra o *ProSavana*, um projecto que tinha como um dos seus objectivos replicar no Norte de Moçambique o modelo de agricultura industrial de capital intensivo que domina o Cerrado brasileiro (Aguiar *et al.*, 2016; Garcia & Kato, 2016; Shankland & Gonçalves, 2016).

PROJECTOS DE ACÇÃO-INVESTIGAÇÃO REINO UNIDO-BRASIL QUEM ESTÁ ENVOLVIDO?

Durante vários anos, a *Overseas Development Agency* (Agência de Desenvolvimento Ultramarino) do Reino Unido financiou o *Global Challenges Research Fund* (GCRF), um fundo destinado especialmente à investigação relacionada com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta agência dispõe de numerosos projectos de redes e parcerias de investigação no sentido lato, além de instituições académicas. A Universidade Aberta (OU) possui dois projectos com parceiros na América do Sul, onde a coordenação está a cargo da Universidade

¹⁴ Vide: *La Via Campesina*, 2018a.

Estadual de São Paulo (UNESP). Os dois projectos reúnem investigadores-activistas de várias regiões num processo de aprendizagem mútua. Os dois projectos aqui descritos são:

- «Economia solidária baseada na agro-ecologia na Bolívia e no Brasil». O título abreviado «AgroEcos» exprime o duplo significado de «*echos*» (EcoSol): ecoar e replicar as boas práticas no espaço e no tempo. O orçamento do projecto inclui fundos consideráveis para que as equipas de estudo de casos realizem investigação.
- «Soberania alimentar através da agro-ecologia na América do Sul». Este projecto reúne equipas de investigação de seis países (Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), em que cada um deles já tinha parceiros comunitários. O orçamento dispõe de fundos modestos para a realização de actividades em rede.

Ambos os projectos se focam em iniciativas de produtores agro-ecológicos desenvolvendo pequenas cadeias de abastecimento de alimentos, ou circuitos curtos. Tal como o significado básico de «curto» o indica, estes circuitos contornam intermediários dominantes (grossistas e cadeias de supermercados), a fim de aproximar os produtores dos consumidores por vários meios, especialmente as Feiras do Agricultor. Outras formas são os programas de contratos públicos, as caixas alimentares semanais entregues aos consumidores e as subscrições de planos de apoio comunitário à agricultura.

Na América Latina, as iniciativas agro-ecológicas construíram uma economia solidária (EcoSol) dentro de um movimento mais amplo que engloba muitas actividades económicas. A curto prazo, a EcoSol-agro-ecologia indica tais iniciativas agro-ecológicas e as suas redes de apoio; estas últimas incluem produtores primários, grupos da sociedade civil, movimentos sociais e funcionários públicos. O Brasil possui uma Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Ao longo da última década, muitos países sul-americanos foram submetidos a mudanças políticas de esquerda, conhecidas como «a onda rosa». Novos governos adoptaram políticas favoráveis a uma economia solidária, em resposta aos movimentos sociais. Contudo, esses governos também continuaram o modelo de «desenvolvimento» dominante, favorecendo empresas extractivistas, tais como sistemas agro-industriais (incluindo alimentos ultra-processados), mineração de capital intensivo, turismo predatório, etc. Todas estas actividades empresariais entraram em conflito com as agendas da EcoSol-agro-ecologia e da soberania alimentar, quer directa quer indirectamente, pelo que as suas redes tiveram de lidar com o conflito a vários níveis.

Os dois projectos consideraram como os profissionais agro-ecológicos constroem a economia solidária e a soberania alimentar como agendas contra-hegemónicas, resistindo ao mesmo tempo o modelo de desenvolvimento dominante.

QUE METODOLOGIAS SÃO UTILIZADAS PARA PROMOVER O DIÁLOGO E A APRENDIZAGEM?

Ambos os projectos tinham inicialmente como objectivo desenvolver métodos de acção-investigação participativa, como base para os alargar através de novas actividades. Todavia, a pandemia da COVID-19 complicou tais planos a dois níveis. Em primeiro lugar, as restrições às viagens impediram a realização do plano inicial de *workshops* seguindo métodos de base cultural em cada localidade, bem como as reuniões presenciais dos parceiros. Segundo, as iniciativas dos produtores enfrentaram precauções antivírus que perturbavam os mercados dos agricultores, os principais circuitos curtos dos parceiros comunitários. Porém, os parceiros encontraram colectivamente adaptações criativas, em parte através de meios de comunicação social *online*, tais como o *Facebook* para produtos publicitários e o *WhatsApp* para receber encomendas dos consumidores.

As equipas de investigação da AgroEcos facilitaram essas adaptações criativas, bem como a sua divulgação através de artigos e *webinars*. Estes ofereceram uma plataforma para o intercâmbio de conhecimentos entre iniciativas, incluindo fora do Brasil. Para uma área de estudo de caso, o projecto planeou *webinars* conjuntamente com o Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista (FESBS). Estes eventos foram amplamente divulgados previamente, as gravações foram afixadas no canal AgroEcos no *Youtube* (ou as de parceiros como OTSS-FCT e FESBS); a sua disponibilidade foi amplamente propagada. Os resultados preliminares foram amplamente difundidos (AgroEcos, 2020).

Em conjunto, as transcrições de *webinars* e outras fontes *online* forneceram uma base para analisar as adaptações da EcoSol-agro-ecologia em resposta à pandemia. A análise NVivo foi realizada por pequenas equipas abrangendo os estudos de caso locais, estimulando comparações de contextos e estratégias. Os métodos *online* foram apresentados num artigo bilingue (Sansolo, Gross, & Levidow, 2021). Com uma cobertura geográfica alargada aos países hispânicos, em Outubro de 2020, a SEAE & SOCLA realizaram conjuntamente uma conferência internacional *online* sobre agro-ecologia, incluindo uma sessão sobre soberania alimentar, onde os parceiros da AgroEcos fizeram apresentações dos três estudos de caso.

A partir dessas análises preliminares, o projecto aperfeiçoou as perguntas originais de investigação como base para formular perguntas de entrevista para iniciativas de EcoSol-agro-ecologia. Como questão-chave, foi perguntado às iniciativas que medidas de apoio estatal tinham ganho e em que é que eram úteis; do mesmo modo, que medidas de apoio tinham procurado obter, mas não tinham ganho. A equipa de investigação recolheu as respostas e transformou-as em perguntas para funcionários públicos compreensivos, a fim de identificar os obstáculos e possíveis caminhos a seguir.

No projecto Soberania Alimentar-Agro-ecologia, realizaram-se inicialmente diálogos regulares entre as equipas de investigação dos seis países. Os tópicos de discussão incluíram: soberania

alimentar; iniciativas de *marketing* colectivo dos produtores agro-ecológicos; métodos de acção-investigação participativa com tecnologias sociais, evitando a dependência de técnicas de capital intensivo. Estas discussões ajudam a compreender os diversos significados da agro-ecologia e da soberania alimentar, dentro e entre vários países.

QUE IDEIAS, VALORES E VISÕES DO MUNDO CIRCULAM NESTES ESPAÇOS?

Ambos os projectos elaboraram vários conceitos analíticos relacionados com questões práticas de iniciativas agro-ecológicas. Em particular:

- Circuitos curtos como proximidades

O projecto AgroEcos tinha o objectivo inicial de identificar as capacidades colectivas de circuitos curtos, a sua base e, desta forma, os meios para reforçar essas capacidades. Dada a ambiguidade do termo «curto», este foi aperfeiçoado através do conceito de «proximidade». Os circuitos curtos solidários desenvolvem vários tipos de proximidade: geográfica, organizacional, social, cultural, de objectivos, etc. (Silva *et al.*, 2018). Tais proximidades relacionam-se com capacidades colectivas, conforme proposto inicialmente para a Baixada Santista (Silva *et al.*, 2020). Essas capacidades são desenvolvidas por vários meios, por exemplo, através de programas de formação e do intercâmbio de conhecimentos.

- Proximidade sociocultural

A proximidade sociocultural entre produtores e consumidores foi reforçada através do processamento de alimentos leves e de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), que valorizam a agro-biodiversidade e a diversidade sociocultural que lhe está associada. Fornecem meios para produzir medicamentos à base de ervas e/ou alimentos tradicionais. As frutas podem ser ligeiramente transformadas em produtos saborosos que têm um prazo de validade mais longo, geram mais rendimento e evitam desperdícios, que se verificam em cerca de 40 % dos alimentos frescos no Brasil. Com o devido cuidado no processamento ligeiro da fruta, os produtos lembram as pessoas dos sabores e aromas preferidos da infância. Todas estas características contribuem para que os produtores agro-ecológicos desenvolvam relações mais estreitas com os consumidores (Schmitt, 2020:118).

- Base solidária na ajuda mútua

As iniciativas e redes de economia solidária estabelecem ou mobilizam relações de ajuda mútua recíproca: em que base? Uma fonte ou modelo chave tem sido o tradicional «mutirão», a palavra guarani que significa trabalho conjunto; este tornou-se um termo brasileiro generalizado de ajuda mútua. Tais relações podem criar a noção de «comunidade» em muitos sentidos. Em particular, provenientes do Indígena Originário Campesinos, as iniciativas da EcolSol-agro-ecologia da Bolívia procuram renovar a sua ascendência camponesa; utilizam geralmente o termo «economia comunitária» em vez de economia solidária. Pelo contrário, nas zonas urbanas onde tais tradições se tornaram marginais, precisam de ser reconstituídas

como base para uma economia solidária. Estas diferenças geográficas e culturais ajudam a iluminar o significado social dos termos essenciais.

- Intermediários e atravessadores

A pandemia da COVID-19 destabilizou as principais cadeias alimentares (HLPE, 2020), e também os circuitos curtos solidários dos produtores agro-ecológicos. Estes conceberam novos meios para chegar aos consumidores, por exemplo, através de doações organizadas, entregas ao domicílio, mercados *drive-thru*, esquemas de caixas, etc. Através desses meios, os produtores agro-ecológicos tornaram-se dependentes de novos intermediários, estimulando uma reconsideração desse termo. Antes da pandemia da COVID-19, «intermediário» era um termo pejorativo que denunciava os actores com fins lucrativos que obtinham uma grande parte do valor de mercado em detrimento dos produtores; daí o objectivo de excluir tais funções de intermediário e, desta forma, encurtar a cadeia. Durante a pandemia, foi dado um significado pejorativo ao termo «atravessadores» em vez de «intermediários».

- Desigualdades de género

As mulheres têm desempenhado papéis de liderança nessas redes de agro-ecologia, por vezes como cooperativas de mulheres, sob formas que vão além dos movimentos manifestamente políticos (Action Aid, 2013; Desmarais, 2003; Siliprandi, 2015). As mulheres produtoras têm vindo a recuperar colectivamente o património alimentar, a conservar a biodiversidade das sementes, a trocar competências agro-ecológicas, a desenvolver relações mais estreitas com os consumidores e a exigir às autoridades públicas medidas de apoio. Durante a última década, houve uma convergência entre a agro-ecologia, EcoSol, e os movimentos feministas. As mulheres participantes têm levantado questões de género como a invisibilidade das mulheres e o duplo fardo (*double burden*), para que práticas mais equitativas possam superar a desigualdade de género (Hillenkamp, Guérin & Verschuur, 2014; Hillenkamp, 2015; Llanque *et al.*, 2018). Os projectos investigam as capacidades colectivas para tais esforços.

- Tecnologia social

A tecnologia social denota técnicas que são concebidas para papéis solidários. Tem sido um conceito familiar aos movimentos EcoSol e agro-ecologia durante, pelo menos, a última década (Dagnino, 2009). O conceito adquiriu uma nova relevância durante a pandemia, quando os produtores agro-ecológicos conceberam meios de *marketing* colectivo *online*. Os aplicativos para telemóveis estavam prontamente disponíveis, mas muitas vezes, não eram os mais adequados para facilitar as relações solidárias entre produtores e consumidores, por exemplo, para os informar sobre os métodos de produção agro-ecológicos e para minimizar os custos adicionais. Por isso, tem sido feito um esforço no sentido de redesenhar ou adaptar tais aplicativos para reforçar as relações solidárias.

- Soberania alimentar

Na década de 1990, este conceito surgiu como uma agenda contra-hegemónica, opondo-se à

agenda da elite dominante de «segurança alimentar» (Altieri & Toledo, 2011; Holt & Altieri, 2013). Mas a distinção da «segurança alimentar» tornou-se algo confusa. Os movimentos sociais ligaram ambos os conceitos à agro-ecologia, economia solidária e ao Direito à Alimentação, conquistando algum apoio institucional (HLPE, 2020; Schmitt, 2020). O projecto do GCRF, de seis países, investiga essas ligações tal como vistas estrategicamente por grupos de advocacia.

- Expansão não-capitalista?

Sempre que os produtores investem em capital fixo, por exemplo, para expandir a produção agrícola ou a comercialização, incentiva mais contributos externos para aumentar a produtividade e, deste modo, pagar o investimento. O trabalho torna-se mão-de-obra que reproduz o capital e impulsiona assim as relações capitalistas (Paz, 2021). Como pode a expansão agro-ecológica evitar este cenário? As tecnologias sociais podem minimizar a necessidade de investimento financeiro (Dagnino, 2009). Isto diz respeito a discussões globais sobre «escalonar a agro-ecologia», também conhecida por «massificar a agro-ecologia». Um meio central foram as cadeias de valor mais curtas (circuitos curtos) de uma economia solidária (FAO, 2018). Os projectos do GCRF discutem como as iniciativas agro-ecológicas podem expandir tais relações, mantendo, ao mesmo tempo, a sua independência do capital.

- Políticas públicas para a capacitação colectiva

Durante a última década, a América Latina teve uma maior convergência entre os movimentos de agro-ecologia, EcoSol, e soberania alimentar. Ambos os projectos analisam a forma como as medidas de apoio estatal ajudaram a capacitação colectiva para esta convergência. Contribuíram para clarificar como tais medidas o poderiam fazer melhor, como uma base para as reproduzir no tempo e no espaço. As medidas de apoio anteriores foram muito enfraquecidas durante os governos de direita do Brasil, desde 2016, e também durante a ditadura da Bolívia, em 2020. Apesar destes contextos mais adversos, as iniciativas alimentares agro-ecológicas ainda exigiam medidas de apoio e, por vezes, ganhavam-nas de agências estatais locais, facilitadas por parceiros de investigação de projectos. Estudos de casos locais identificaram uma grande diversidade de agências de apoio e de relações com elas.

- Acção-investigação participativa

Os métodos de acção-investigação participativa foram inicialmente elaborados através do conceito *sentipensante*, que combina pensamento e sentimento (Moncayo & Borda, 2009). Estes métodos têm potencialmente um papel contra-hegemónico (Lizárraga & Vacaflores, 2020). Este papel depende de métodos baseados na cultura para uma «*animacion socio-cultural*» que pode facilitar o papel dos produtores e dos cidadãos na tomada de decisões (por exemplo, Sirvent, 2010). Tais métodos foram originalmente planeados para os eventos do projecto OU-UNESP, mas foram condicionados por um formato apenas *online* durante a pandemia. No

entanto, o projecto AgroEcos utilizou este formato para envolver profissionais da EcoSol-agro-ecologia para clarificar as suas estratégias, elaborar conceitos essenciais com eles e, deste modo, aprofundar as suas discussões sobre estratégia (Sansolo, Gross, & Levidow, 2021).

CONCLUSÃO

A CSS orientada pelo Estado tem proporcionado oportunidades de aprendizagem sobre modelos de políticas destinadas a apoiar os pequenos agricultores familiares. Estes espaços apresentam várias limitações, conforme é ilustrado pelas iniciativas do Governo brasileiro (secção 2). Em particular:

- A aprendizagem Sul-Sul é entendida como uma «transferência de políticas» do Brasil para outros países, oferecendo modelos de políticas ou soluções tecnológicas prontas;
- A perspectiva de «transferência» obscurece as condições sociopolíticas que estão na origem das políticas e que estão na base do seu sucesso ou fracasso;
- Este foco marginaliza o papel da acção colectiva (por exemplo, exigências da sociedade civil e iniciativas-piloto), que constituiu uma base importante para as agências estatais definirem políticas úteis.

Estas limitações assinalam a necessidade de reforçar espaços que englobam um conjunto mais amplo de vozes que foram amplamente marginalizadas pelos canais oficiais da CSS. Tais espaços foram ilustrados nas duas secções anteriores. De forma análoga aos movimentos sociais transnacionais (ou envolvendo-os), estes espaços de interacção Sul-Sul e de diálogo de políticas estabelecem uma ponte entre diversos quadros para agendas contra-hegemónicas mais eficazes. Exploram vários significados dependentes do contexto do mesmo conceito, por exemplo, soberania alimentar e economia solidária (ou conceitos funcionalmente semelhantes). Estes espaços utilizam metodologias conducentes ao intercâmbio e aprendizagem entre pares, ajudando a desenvolver um entendimento comum de termos-chave e experiências de profissionais em diversos contextos. Centram-se em ideias, práticas ou processos para grupos de intervenientes com vista a criar soluções adequadas aos seus próprios contextos e exigir políticas apropriadas. Ajudam a clarificar estratégias para contestar políticas prejudiciais e a exigir medidas de apoio adequadas. Tais formas de cooperação e diálogo contrastam com os esforços intergovernamentais para comparar (muitas vezes presumindo semelhanças) ou transferir políticas de forma linear.

Os investigadores têm um papel importante em facilitar tais espaços de aprendizagem Sul-Sul, aprendendo eles próprios com os intercâmbios entre os profissionais e ajudando a traduzir as suas experiências em diversos contextos. Podem também desempenhar um papel na criação de relações entre as diferentes arenas ou modalidades de interacção Sul-Sul. Este papel pode ajudar a enriquecer e democratizar a CSS.

Formas mais amplas e mais plurais de aprendizagem Sul-Sul podem contribuir para intervir no debate global sobre um futuro pós-pandemia. Quando a pandemia da COVID-19 começou, as elites globais defenderam inicialmente meios para um eventual «regresso ao normal». Isto reforçaria o prejudicial sistema agro-industrial globalizado, as suas desigualdades socioeconómicas e as causas da pandemia (Levidow, 2020; Davis, 2005; Wallace, 2020; Wallace, Liebman & Fernando, 2020). Rapidamente um «regresso ao normal» foi suavizado como «*building back better*» («voltar a construir melhor»), ou seja, ultrapassar as vulnerabilidades sistémicas a fim de restaurar o crescimento económico (WEF, 2020). Esta versão «melhor» de um sistema destrutivo foi formulada como «*The Great Reset*» («O Grande Reinício»). Aqui, a elite global reivindica autoridade moral para a «gestão de um bem comum global» (WEF, 2020), após várias décadas de degradação sistemática e de enclausuramento do bem comum. Em contraste com as agendas dessas elites, as alternativas agro-ecológicas solidárias promovem capacidades colectivas para proteger o bem comum, construindo um «normal» diferente, baseado em relações solidárias, em vez de concorrência de mercado, e assim, eventualmente substituindo o sistema agro-industrial alimentar. Isto significa «reconstruir de maneira diferente», em vez de procurar uma versão melhor de um sistema destrutivo e desigual. O intercâmbio de conhecimentos Sul-Sul pode contribuir para tais esforços através de uma mudança de paradigma que permita que os ideais de solidariedade, reciprocidade e aprendizagem mútua sejam verdadeiramente postos em prática.

REFERÊNCIAS

- ABC. (2010). *Diálogo Brasil-África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação.
- Abreu, F.J.M. (2013). A Evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil / The Evolution of International Technical Cooperation in Brazil. *Mural Internacional*. 4 (2), 3–16.
- Abrucio, F. L., et al. (2020). “Combate à Covid-19 Sob o Federalismo Bolsonarista: Um Caso de Descoordenação Intergovernamental.” *Revista de Administração Pública*. 54 (4), 663–77.
- Action Aid. (2013). *Mulheres e Agro-Ecologia: Sistematização de Experiências de Mulheres Agricultoras*. Rio de Janeiro: Action Aid.
- Agroanalysis. (2012). “FGV Lança Fundo Pioneiro de Investimentos em Agronegócio.” Agroanalysis. http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=1313.
- AgroEcos. (2020). *AgroEcos Boletim No.1*. São Paulo: UNESP.
- Aguiar, D. M. E. et al. (2016). *A Cooperação Sul-Sul dos Povos do Brasil e de Moçambique. Memória da Resistência ao Pro-Savana e Análise Crítica de Seu Plano Diretor*. Rio de Janeiro: FASE.
- Almeida-Filho, N. (2021). “Pandemia de Covid-19 no Brasil: Equívocos Estratégicos Induzidos por Retórica Negacionista.” In: A. O. Santos & L. T. Lopes (eds.). *Principais Elementos. Coleção Covid-19, Vol.1*. Brasília-DF: Conselho Nacional de Secretários de Saúde.
- Altieri, M. A. & Nichols, C. (2008). “Scaling up Agroecological Approaches for Food Sovereignty in Latin America.” *Sustainable Agriculture Reviews*. (11), 1–29.
- Altieri, M. A. & Toledo, V. M. (2011). “The Agroecological Revolution in Latin America: Rescuing Nature, Ensuring Food Sovereignty, and Empowering Peasants.” *Journal of Peasant Studies*. 38 (3), 567–612.
- Amorim, C. (2010). Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003–2010): An Overview. *Revista Brasileira de Política Internacional*. (53) (special edition), 214–40.
- Articulação Sul (2016) *Articulando resistências no Sul Global: experiências de movimentos camponeses, sindicatos rurais e organizações não governamentais*. São Paulo, Oxfam Brasil. Disponível em: http://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ArticulacYaYo_Movimentos_Camponeses_1.pdf.
- Avritzer, L. (2019) *O pêndulo da democracia*. São Paulo, Todavia.
- Baptista, J. V. M., Bertolucci, A. C. & Diogo, A. V. K. (2020). “Política de Estado ou de Governo? A Reorientação da Política Externa Brasileira Sob o Governo Bolsonaro.” *Caderno do CEAS*. 45 (250), 502–33.

- Benford, R. D. & Snow, D. A. (2000). "Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment." *Annual Review of Sociology*. 26 (1), 611–39.
- Bianchi, B., Chaloub, J., Rangel, P. & Wolf, F. (2021) *Democracy and Brazil: collapse and regression*. New York, Routledge.
- Cabral, L. (2016). "Priests, Technicians and Traders: Actors, Interests and Discursive Politics in Brazil's Agricultural Development Cooperation Programs with Mozambique." Brighton: Institute of Development Studies.
- Cabral, L., et al. (2016). "Brazil's Agricultural Politics in Africa: More Food International and the Disputed Meanings of "Family Farming." *World Development*. (81), 47–60.
- Caporal, L. & Costabeber, J. A. (2004). *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições Para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília: EMATER.
- Caro, P. (2013). "Gender Equality and Women's Rights in the CLOC-Via Campesina Movement." *BRIDGE-IDS Development-Gender Case Study*.
- Carvalho, P. D. (2018). "A Produção do Transnacional: Compilações da Agricultura Camponesa na CONTAG e no MPA." Tese (Doutorado em Ciência Política), Belo Horizonte-MG: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário. (2021). *A Linha do Tempo da Estratégia Federal de Disseminação da Covid-19. Estudo Elaborado no Âmbito do Projeto de Pesquisa "Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil" do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP), Atualizado Mediante Solicitação da Comissão Parlamentar de Inquérito Criada Pelos Requerimentos do Senado Federal 1371 e 1372, de 2021, Por Meio do Ofício 57/2021-CPIPANDEMLA*.
- Chatin, M. (2019). "Brésil: La Politique Étrangère de Jair Bolsonaro." *Politique Étrangère*. (2), 115–27.
- Clements, E. (2015). "Brazilian Policies and Strategies for Rural Territorial Development in Mozambique: South-South Cooperation and the Case of ProSAVANA and PAA." Presidente Prudente: Universidade Estadual de São Paulo.
- Costa-Leite, I., et al. (2014). "Brazil's Engagement in International Development Cooperation: The State of the Debate." *IDS Evidence*. IDS Report 59. Disponível em: <http://www.ids.ac.uk/publication/brazil-s-engagement-in-international-development-cooperation-the-state-of-the-debate>.
- Dagnino, R. P. (2009). *Tecnologias Sociais: Ferramenta Para Construir Outra Sociedade*. Campinas: Unicamp.
- Davis, M. (2005) *The Monster at our Door: The Global Threat of Avian Flu*. New York, New Press. Disponível em: <https://thenewpress.com/books/monster-our-door>.

- Desmarais, A. A. (2003). 'The Via Campesina: Peasant Women at the Frontiers of Food Sovereignty.' *Canadian Woman's Studies*. 23 (1), 140–45.
- DW Moçambique (2015) *Nova Aliança do G7 não é adequada à realidade agrícola moçambicana*. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/nova-alian%C3%A7a-do-g7-n%C3%A3o-%C3%A9-adequada-%C3%A0-realidade-agr%C3%ADcola-mo%C3%A7ambicana/a-18495392> (consultado a 7 de Julho de 2021).
- Easterly, W. (2006). *Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done so Much Ill and so Little Good*. Oxford: Oxford University Press.
- Edelman, M. & Borras, S. (2016). *Political Dynamics of Transnational Agrarian Movements*. Agrarian Change & Peasant Studies. Rugby: Practical Action Publishing.
- FAO. (2018). *Scaling up Agroecology Initiative: Transforming Food and Agricultural Systems in Support of the SDGs*. Rome: FAO [Iniciativa Para Ampliar La Escala de La Agroecología]. <http://www.fao.org/3/19049ES/i9049es.pdf>.
- Favareto, A. (2014). "Interrogating the Success of Brazilian Agricultural Development." CBAA Working Paper. Brighton: Institute of Development Studies.
- FBES. (2011). *Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo*. Rio de Janeiro: Forum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: https://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Publica%C3%A7%C3%B5es/fbes_encontro_dialogo_e_convergencias_documento_referencia.pdf.
- Ferree, M. M. (2006). "Globalization and Feminism." In *Global Feminism: Transnational Women's Activism, Organizing, and Human Rights*. New York: NYU Press.
- FGV News. (2012). "FGV Projetos and GV Agro Launch the Nacala Fund in Brasília." FGV. 2012. <http://fgvnoticias.fgv.br/en/news/fgv-projetos-and-gvagro-launch-nacala-fund-brasil>.
- Fiddian-Qasimiyeh, E.& Daley, P. (2018). *Routledge Handbook of South-South Relations*. Abingdon: Routledge.
- Francisco, F., et al. (2019). "O Realinhamento Brasileiro e o Fim da África Estratégica." Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil." <https://opeb.org/2019/08/11/o-realinhamento-brasileiro-e-o-fim-da-africa-estrategica/>.
- Francisco, F., et al. (2021). "O Realinhamento Brasileiro e o Fim da África Estratégica." In: G. S. Marigoni, R. Giorgio & T. Berringer (eds.). *Relações Internacionais em um Mundo em Transformação: As Bases da Política Externa Bolsonaroista*. Santo André: Editora UFABC, pp. 183-97.
- Frei, V. (2020) A lei de terras, de minas e de investimento estrangeiro e a territorialização dos megaprojetos de mineração em Moçambique: uma análise sobre o processo de

- expropriação das comunidades locais. In: P. F. Matos & M. M. Mendonça (eds.). *Mineração e agronegócio: efeitos no ambiente, trabalho e saúde*. São Paulo, Paco Editorial. pp. 189–217.
- Gallego, E. (2019) *La bolsonarización de Brasil*. Documentos de Trabajo 121. Madrid, Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos.
- Garcia, A. & kato, K. (2016). ‘Políticas Públicas e Interesses Privados: Uma Análise a Partir do Corredor de Nacala.’ *Caderno CRH* 29. (76), 69–86.
- Garcia, A., Kato, K. & Fontes, C. (2013). “*A História Contada Pela Caça ou Pelo Caçador? Perspectivas Sobre o Brasil em Angola e Moçambique*.” Instituto Políticas Alternatias para o Cone Sul (PACS). Disponível em: <http://www.pacs.org.br/2013/03/08/pesquisa-do-pacs-sobre-a-relacao-brasil-africa-a-historia-contada-pela-caca-ou-pelo-cacador-perspectivas-sobre-o-brasil-em-angola-e-mocambique/>.
- Gorosito, M.M. & Allende, R.A. (2017). *La participación social en el Mercosur de XXI*. Lomas de Zamora: Editorial UNLZ.
- Grisa, C. & Niederte, P. (2019). “*Transferência, Convergência e Tradução de Políticas Públicas: A Experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul*.” *Dados* 62. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582019175>.
- Hillenkamp, I. (2015). “Solidarity Economy for development and women’s emancipation: lessons from Bolivia”. *Development and Change*. 46 (5), 1133–1158.
- Hillenkamp, I., Guérin, I. & Verschuur, C. (2014). “A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária”. *Revista de Economia Solidária*. (3).
- HLPE (2020). *Food Security and Nutrition: Building a Global Narrative Towards 2030. Report #15*. In: 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>.
- Holt, G.E. & Altieri, A. (2013). Agroecology, food sovereignty, and the new Green Revolution. *Agroecology and Sustainable Food Systems*. 37 (1), 90–102.
- JICA, ABC, & Governo de Moçambique (2009). “*Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular Para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique*.”
- Justiça Ambiental (2013). “*Leaked ProSAVANA Master Plan Confirms Worst Fears*.” 2013. GRAIN. Disponível em: <http://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>.
- La Via Campesina (2018a) *16 October: La Via Campesina relaunches “Global Campaign for Seeds, a heritage of Peoples in the Service of Humanity”*. 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/16-october-la-via-campesina-relaunches-global-campaign-for-seeds-a-heritage-of-peoples-in-the-service-of-humanity/> (consultado a 7 de Julho de 2021).

- La Via Campesina (2013). *“La Via Campesina: our seeds, our future”*. Notebook La Via Campesina 6. Jacarta: La Via Campesina.
- La Via Campesina (2018). *“Member Organisations of La Via Campesina (Updated 2018)”*. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/member-organisations-of-la-via-campesina-updated-2018/> (Consultado a 8 de Julho de 2021).
- Levidow, L. (2020). *‘Return to normal’ from the COVID-19 crisis?*. Disponível em: <https://projetoagroecos.wixsite.com/meusite/post/return-to-normal-from-the-covid-19-crisis?>
- Lewis, D. & Mosse, D. (2006). *Development Brokers and Translators: The Ethnography of Aid and Agencies*. Bloomfield: Kumarian Press.
- Lizárraga, P. & Vacaflores, C. (2020). *Balance bibliográfico: Investigación Acción Participativa, Proyecto AgroEcos*. Tarija: Comunidad de Estudios Jaina.
- Llanque, A., et al. (2018). Mujeres, trabajo de cuidado y agroecología: hacia la sustentabilidad de la vida a partir de experiencias en diferentes eco-regiones de Bolivia. In: G. P. Z. Sánchez, G. Catacora-Vargas, & E. Siliprandi (eds.). *Agroecología en femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias*. La Paz: SOCLA/ CLACSO, pp. 124–140.
- Long, N. (1992). *Battlefields of Knowledge: Interlocking of Theory and Practice in Social Research and Development*. London: Routledge.
- Masson, D., Paulos, A. & Bastien, E.B. (2017). “Struggling for Food Sovereignty in the World March of Women.” *The Journal of Peasant Studies*. 44 (1), 56–77.
- Matos, E.A.C. (2016). *Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas por pela exploração do carvão mineral em Moatiz, Moçambique*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre-RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
- Mawdsley, E. (2012). *From Recipients to Donors: Emerging Powers and the Changing Development Landscape*. London: Zed Books. Disponível em: <http://prism.talis.com/sussex-ac/items/1149437>.
- Mendes, S. (2019). *“Declarações racistas de Bolsonaro e desinteresse econômico afastam líderes africanos do Brasil.”* 2019. RFI. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20190104-posse-de-bolsonaro-anuncia-incertezas-sobre-relacoes-entre-brasil-e-africa-0>. (Consultado a 4 de Janeiro de 2019).
- Mendonça, J.W. & Faria, C.A.P. (2015). A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*. 58 (1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201500101>.
- Milhorance, C. (2019). *New geographies of global policy-making: south-south networks and rural development strategies*. New York and London: Routledge.

- Moncayo, V.M. & Borda, O.F. (2009). Hombre Hicotea y sentipensante. In: O. F. Borda (ed.). *Una sociología sentipensante para América Latina*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160304050141/01pres.pdf>.
- Monjane, B. & Bruna, N. (2020). “Confronting Agrarian Authoritarianism: Dynamics of Resistance to PROSAVANA in Mozambique.” *The Journal of Peasant Studies*. 47 (1), 69–94.
- Moreira, D.S. (2020). Semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na política externa. *Cadernos Argentina Brasil*. 9, 1–19.
- Mosse, D. (2011). *Adventures in Aidland: the Anthropology of Professionals in International Development*. New York: Berghahn Books.
- Moyo, D. (2009). *Why Aid Is Not Working and How There Is Another Way for Africa*. London: Allen Lane.
- Moyo, S., Paris, Y. & Jha, P. (2012). “Imperialism and Primitive Accumulation: Notes on the New Scramble for Africa.” *Agrarian South. Journal of Political Economy*. 1 (2), 181–203.
- MPA (2021) *Historic*. 2021. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/historico/> (consultado a 7 de Agosto de 2021).
- Ndlovu-Gatsheni, S.J. & Tafira, K. (2018). “The Invention of the Global South and the Politics of South-South Solidarity.” In: E. Fiddian-Qasmiyeh & P. Daley (eds.). *Routledge Handbook of South-South Relations*. London: Routledge, pp. 127–140. Disponível em: <http://ebookcentral.proquest.com/lib/suss/detail.action?docID=5607389>.
- Niederle, P. (2016). *REAF Mercosur: Una Década de Coproducción de Políticas Públicas Entre El Estado y La Sociedad Civil*. Santiago: FAO.
- Niemeyer, C.B. (2014). *Movimentos sociais como produtores de conhecimentos: a Soberania Alimentar no Movimento de Pequenos Agricultores*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
- Nipassa, O.J.A. (2016). *Autonomia e dependência da sociedade civil no processo de desenvolvimento humano em Moçambique*. Tese (Doutorado em Estudos Africanos). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL.
- Nyéleni (2007). *Declaration of Nyéleni, Declaration of the Forum for Food Sovereignty*. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article290>.
- Nyéleni (2015). *Declaration of the International Forum for Agroecology, Nyéleni, Mali*. Disponível em: www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2015/02/Downloaddeclaration-Agroecology-Nyeleni-2015.pdf.
- OECD (2021). *What Is ODA?* *Development Co-operation Directorate, OECD*. Disponível

em: <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/What-is-ODA.pdf>.

- Oliveira, L.T. (2018). *“Na República de Moçambique temos lei”*. *Política de terras, sentidos da terra e conflitos no litoral norte de Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Brasília: Universidade de Brasília – UNB.
- Oxfam International (2021) *The future is equal*. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/what-we-do/about> (consultado a 7 de Julho de 2021).
- Paz, R. (2021). *La agroecología en disputa: una mirada desde el capital y la economía política. documento para el proyecto AHRC-GCRF*.
- Ribeiro-Silva, R., et al. (2020). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 25 (9). Disponível em: doi:10.1590/1413-81232020259.22152020.
- Rosset, P. & Altieri, M. (2017). *Agroecology: Science and Politics*. Manitoba: Fernwood.
- Rosset, P.Y. & Altieri, M. (2018). *Agroecología: ciencia y política. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA), based on previous item*.
- Salgado, V. & Bressan, R.N. (2020). O acordo de associação Mercosul-União Europeia e a política externa brasileira. *Revista Neiba - Cadernos Argentina-Brasil*. (9), 1–22.
- Sansolo, D., Gross, G. & Levidow, L. (2021). *Pesquisa-ação-participativa na pandemia: aspectos metodológicos*. Disponível em: <https://projetoagroecos.wixsite.com/meusite/post/pesquisa-a%C3%A7%C3%A3o-participativa-na-pandemia-aspectos-metodol%C3%B3gicos>, translated as ‘Participatory Action Research during the Covid-19 pandemic: methodological aspects’, <http://www.open.ac.uk/ikd/blog/participatory-action-research-during-covid-19-pandemic-methodological-aspects>.
- Sauer, S. (2008). *“Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro”*. Texto para Discussão 30. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/840>.
- Schmitt, C.J. (2020). *Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios : aprendizados do Programa Ecoforte*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/05/14/livro-redes-de-agroecologia-para-o-desenvolvimento-dos-territorios-aprendizados-do-programa-ecoforte/>.
- Scoones, I., et al. (2016a). A New Politics of Development Cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in African Agriculture.” *World Development*. (81), 1–12.
- Scoones, I., et al. (2016b). A New Politics of Development Cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in African Agriculture. *World Development*. (81), 1–12.

- Scoones, I., Cabral, L. & Tugendhat, H. (2013). "New Development Encounters: China and Brazil in African Agriculture." *IDS Bulletin*. 44 (4), 1–19.
- Shankland, A. & Gonçalves, E. (2016). Imagining agricultural development in South-South cooperation: the contestation and transformation of ProSavana. *World Development*. (81), 35–46.
- Shiva, V., Mies, M. & Salleh, A. (2014). *Ecofeminism*. London: Zed Books. Disponível em: <http://ebookcentral.proquest.com/lib/suss/detail.action?docID=1644031>.
- Siliprandi, E. (2015). *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Silva, N.R.J., et al. (2020). *Ativar proximidades para construir a economia solidária*. 2020. Folha Santista. Disponível em: <https://folhasantista.com.br/noticias/ativismo/ativar-proximidades-para-construir-a-economia-solidaria/> (Consultado a 29 de Julho de 2020).
- Silva, N.R.J., et al. (2018). *Quadro teórico de apoio à atuação de extensionistas para o fortalecimento da economia solidária, Economia social e pública*. Ponta Grossa: Atena Editora. Disponível em: <http://agritrop.cirad.fr/588907/>, <https://doi.org/10.22533/at.ed.277180409>.
- Sirvent, M.T. (2010). La investigacion accion participativa y la animacion socio-cultural. Su papel en la participacion ciudadana, Animation, Territoires Et Pratiques Socioculturelles. *Revue ATPS*. (1), 61–74.
- Snow, D., et al. (1986). Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*. 51 (4), 464–481.
- Tanner, C. (2010). Land rights and enclosures: implementing the Mozambican land law in practice. In: W. Anseeuw & C. Alden (eds.). *Struggles over land in Africa: conflicts, politics and change*. Cape Town: Human Sciences Research Council, pp. 105–130.
- UNAC (2012). "Pronunciamento Da UNAC Sobre o Programa ProSavana." *União Nacional de Camponeses*. Disponível em: <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>.
- UNAC (2021) 2021. Disponível em: <https://www.unac.org.mz/> Consultado a 07 de Julho de 2021.
- UNAC, Via Campesina, & GRAIN (2012). "Brazilian Agribusiness Invades Africa." Disponível em: <http://farmlandgrab.org/post/view/21363>.
- UNOSSC (s.d.). "What Is South-South Cooperation?" *United Nations Office for South-South Cooperation*. Disponível em: http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html (Consultado a 2 de Setembro de 2017). September 2017].
- Wallace, R. (2020) *Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Infectious Disease, Agribusiness, and the Nature of Science*. New York, Monthly Review Press. Disponível em: https://monthlyreview.org/product/big_farms_make_big_flu/.

- Wallace, R., Liebman, A. & Fernando, C.L. (2020) Covid-19 and circuits of capital. *Monthly Review*. 72 (1). Disponível em: <https://monthlyreview.org/2020/05/01/covid-19-and-circuits-of-capital/>.
- WHO (2021) *WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard*. 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/> (consultado a 25 de Junho de 2021).
- World Economic Forum (2020). *Great Reset initiative*. Disponível em: <https://www.weforum.org/great-reset/>.
- Xu, X., *et al.* (2016). “Science, Technology, and the Politics of Knowledge: The Case of China’s Agricultural Technology Demonstration Centers in Africa.” *World Development*. (81), 82–91.